



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

### LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME e EPP – LC 123/06 e LC 147/14

#### 1. REGÊNCIA LEGAL

1.1 Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº 10.520/02, 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016 e do Decreto nº 041/2019 destes Legislativo Municipal.

1.2 Esta licitação é exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade ao Inciso I, artigo 48, LC 123/06.

2. **UNIDADE INTERESSADA:** CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3. **MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

3.1. **REGIME DE EXECUÇÃO:** Direta.

4. **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO GLOBAL: (X) POR LOTE: LOTE ÚNICO

5. **FORMA DE FORNECIMENTO:** ( ) Única (X) Parcelada

#### 6. DO LOCAL, DA DATA E DO HORÁRIO.

6.1. Local: Sala do Setor de Compras da Câmara Municipal de Vereadores para recebimento das propostas de preço, documentos relativos à habilitação e início da abertura dos envelopes.

6.2. Data: 10/12/2019 Hora: 07:30

6.3. Se no dia acima supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão será realizado no primeiro dia útil de funcionamento da Câmara Municipal de Guanambi que se seguir.

#### 7. OBJETO

I – O presente termo licitatório tem por objeto a **aquisição de Projetor Multimídia com acessórios e Tela Elétrica Tensionada para Projeção**, destinados ao uso no auditório desta Câmara Municipal, segundo quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como, no do Anexo III – Proposta de Preços e demais itens e anexos deste Edital;

#### II – ANEXOS DO EDITAL:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato;

Anexo III – Proposta de Preços;

Anexo IV – Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame;

Anexo V - Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Desimpedimento de Licitar;

Anexo VIII - Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa De Pequeno Porte;



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

7.1 Todos os produtos licitados são originais e novos e quando de suas entregas deverão encontrar-se em estado inviolável e com o selo de garantia afixado;

7.2 **JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO** – A aquisição dos equipamentos eletrônicos: **Projektor Multimídia, acessórios e Tela Elétrica Tensionada para Projeção**, tem por finalidade o uso interno no auditório desta Câmara de Vereadores, mantendo e atendendo a demanda necessária ao bom desempenho das atividades deste Legislativo Municipal.

## 8. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**Unidade Orçamentária:** 1 – Câmara Municipal de Vereadores  
**Projeto/Atividade:** 2003 – Gestão dos Serviços do Plenário da Câmara  
**Classificação Econômica:** 3390.30.00.00 – Material de Consumo  
**Classificação Econômica:** 4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

## 9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

9.1. Somente serão admitidas a participar da licitação as empresas que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

9.2. Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou ainda as declaradas inidôneas, na forma das leis e regulamento citados neste Edital.

9.3. Em consonância com as disposições legais retrocitadas fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

9.4. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais previstas em lei.

## 10. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

10.1 - Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº. 8.666/93, do Decreto do Legislativo Municipal nº 041/2019 e, no que for pertinente, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/14 Lei Complementar nº 155/2016.

10.2 – Em atendimento à Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, assim como, Lei Complementar nº 147/2014, fica assegurado no que couber o tratamento diferenciado à Microempresa-ME, Empresa de Pequeno Porte-EPP;

10.3 – Em atendimento aos artigos “47 e 48” da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014, este processo licitatório **está destinado exclusivamente à participação de Micro Empresa-ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP;**

10.4 – Em atendimento aos artigos “49” da Lei Complementar nº 123/2006 os benefícios concedidos à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte-EPP nos artigos 10.2 e 10.3 deste edital deixam de serem aplicados quando:

10.4.1 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**10.4.2** - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

## 11. CREDENCIAMENTO

**11.1.** O proponente deverá se apresentar junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documentos, o credencie a participar deste procedimento licitatório, e que venha a responder por sua representada, devendo, ainda no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente;

**11.2. Por Procuração,** instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Podendo ser utilizado o modelo do **Anexo IV**;

**11.3.** Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia de seus documentos pessoais;

**11.4. O ANEXO VI-**Declaração de Pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação deverá ser apresentados fora do envelope durante o credenciamento;

**11.5. O ANEXO VII-** Declaração expressa de que não estar impedido de licitar ou contratar com a Administração Pública, deverá ser apresentados fora do envelope durante o credenciamento;

**11.6. ANEXO VIII** - Modelo de Declaração para **Microempresa e Empresa De Pequeno Porte**, assinado pelo responsável e pelo contador;

**11.6.1.** A licitante ao apresentar o Anexo VIII, subentende-se que é de seu interesse em solicitar o tratamento devido as empresas Micro Empresa-ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP, conforme as disposições da LC 123/2006 e LC 147/2014;

**11.7.** Após o credenciamento, os licitantes deverão entregar ao Pregoeiro:

**11.7.1** – O envelope da proposta de preços (**ENVELOPE A – PROPOSTA DE PREÇOS**);

**11.7.2** – Os documentos de habilitação (**ENVELOPE B - HABILITAÇÃO**);

**11.8.** Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta, nos termos da legislação citada e deste edital.

## 12. ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇOS

**12.1.** A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, identificado como **ENVELOPE A – PROPOSTA DE PREÇOS**, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário, indicando nome da empresa, CNPJ, razão, modalidade, número e data, endereçada ao Pregoeiro.

**12.2.** A Proposta de Preços deverá estar datilografada ou impressa por processo eletrônico em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada.

**12.3.** A proposta deverá os dados dos produtos descritos no ANEXO III, ciente a licitante de que as especificações de cada produto licitado estão discriminadas no TERMO DE REFERENCIA, quando encontram detalhados os objetos a serem adquirido.

**12.4.** Apresentar o preço para a quantidade total demandada, descrita no Anexo III deste edital, expresso em real, com apenas duas casas decimais.



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**12.5.** A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fornecimento e entrega do objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

**12.6.** O prazo de validade comercial da Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta.

**12.7.** O licitante deverá **declarar expressamente que sendo o vencedor executará a entrega dos materiais indicado no objeto deste edital**, em perfeita consonância com o descrito no Anexo III e com as especificações contidas no TERMO DE REFERENCIA que integra este edital.

**12.7.1** A declaração acima referida deverá estar presente dentro do “**ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇOS**”.

**12.8.** A responsabilidade quanto ao produto ofertado é exclusivamente do licitante contratado, que deverá certificar-se se o mesmo atende as exigências do instrumento convocatório sob pena de, em caso negativo, sofrer as sanções previstas no **item 24**.

**12.9.** A proposta de preço vencedora, contendo o objeto ofertado, deverá ser formulada e apresentada na proposta comercial, com preços atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, no prazo de 01 (um) dia útil, após encerramento da sessão.

**12.10.** Sendo constatado, mesmo após a contratação, que houve falsidade na retromencionada declaração “12.7”, a licitante ou contratada sujeitar-se-á às sanções previstas no item 24 deste edital.

## **13. ENVELOPE B – HABILITAÇÃO**

**13.1.** As licitantes deverão incluir no **ENVELOPE B – HABILITAÇÃO** a seguinte documentação abaixo que poderá ser apresentada em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para ser autenticada pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio, podendo o Pregoeiro antes da homologação solicitar o documento original para verificação,

**13.1.** O envelope deverá estar lacrado, rubricado pelo representante da empresa, conter a seguinte identificação: **ENVELOPE B – HABILITAÇÃO, nome ou razão social, PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019** e endereçada ao Pregoeiro.

**13.2.** No caso de o licitante possuir filial, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição legal em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

### **13.3. Na habilitação exigir-se-á dos interessados:**

**13.3.1.** A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;

### **13.4. Alvará de Funcionamento;**

**13.5.** A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;
- c) prova de regularidade junto à Fazenda Federal, através da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

d) prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS e do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

e) a regularidade trabalhista será comprovada mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.6. Os documentos considerados para a regularidade fiscais são os relacionados neste item “13.5”;

## 13.7 Qualificação Técnica

13.7.1 – Comprovação através de apresentação de pelo menos 01(um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado declarando que a empresa atua no ramo de atividades, objeto desta licitação e que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório anteriormente mantido com o emitente do atestado.

13.7.1.1 – Não será aceito outro documento senão o atestado do emitente assinado e a firma reconhecida em cartório.

**13.8 – Qualificação econômico-financeira** – será feita mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) **balanço patrimonial do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa e que esteja assinado por profissional ou empresa contábil;

b) **certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

c) **patrimônio líquido mínimo** de R\$ 1.000,00 (um mil reais), assinado pela autoridade competente da empresa licitante.

## 13.9. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor – ANEXO V

**13.9.1** - Em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e 10.520/02, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, se for o caso, o emprego de menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, conforme modelo previsto no edital.

**13.10** O Pregoeiro conferirá o registro, bem como a validade de todos os documentos, constantes do item 13 deste edital.

**14 – Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais para que as referidas cópias sejam autenticadas pelo Pregoeiro e ou sua equipe;**

15 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

## 16. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**16.1.** O critério de julgamento será o **DE MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.**





# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**16.2.** A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital.

**16.3.** As propostas não deverão apresentar prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias.

**16.4.** Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital.

**16.5.** O Pregoeiro selecionará a proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em **até 10 % (dez por cento)**, relativamente à de menor preço, ou na impossibilidade de obter-se pelo menos 03 (três) propostas nestas condições, serão selecionadas as melhores propostas subseqüentes a de menor preço, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três), para participarem da sessão pública de lances verbais.

**16.6.** Havendo microempresas ou empresas de pequeno porte entre as licitantes empatadas, esta terá a preferência de contratação, de acordo com o § 2º, do Art. 44, da Lei Complementar 123/2006 e alterações na LC 147/2014.

**16.6.1.** A Microempresa - ME e a Empresa de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

**16.7.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, nos termos do § 2º, do Art. 44 e art. 45, ambos da Lei Complementar 123/06 e demais instruções da LC 147/2014.

**16.8.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

**16.8.1. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.**

**16.8.2.** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

**16.8.3.** A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal no 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos deste Edital, ou submeter o processo à autoridade competente para revogação.

**16.9.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

**16.10.** Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.

**16.11.** Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender a sessão do pregão e estabelecer uma nova data, para o recebimento de novas propostas.

## 17. ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**17.1.** Após a classificação das propostas, o Pregoeiro fará a divulgação, convocando os proponentes para apresentarem lances verbais, a começar do autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, de forma sucessiva e distinta em ordem decrescente.

**17.2.** Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor inicialmente proposto pelo mesmo licitante num **percentual mínimo de 0,5 %** (meio por cento). O Pregoeiro, com vista ao andamento do processo, poderá solicitar percentual maior que 0,5% durante a fase de lance.

**17.3.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**17.4.** Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

**17.5.** Sendo aceitável a oferta, será verificado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, o atendimento das condições habilitatórias deste licitante, com base na documentação apresentada.

**17.6.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pelo Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior, o Presidente da Câmara de Vereadores.

**17.7.** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do Município.

**17.8.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e seus anexos e/ou apresentarem proposta consideradas superfaturadas ou inexeqüíveis, entendendo-as, respectivamente, como propostas que estejam acima do valor estipulado pela Administração Pública como **valor de referência**, ou que seja inferior a 50% (cinquenta por cento), do referido preço, nos termos do art. 48, da Lei nº 8.666/93.

**17.8.1.** O valor referência (valor global do Lote único) desta licitação está estimado em R\$ 9.110,00 (nove mil, cento e dez reais);

**17.8.2.** O valor estimado no Item “17.8.1” provem da média aritmética das cotações de preços.

**17.9.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

**17.10.** Não serão motivos de desclassificação situações irrelevantes que não causem prejuízo à Administração ou lesem direitos dos demais licitantes.

## **18. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

**18.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

**18.1.1** - A falta de manifestação no prazo estabelecido no item “18.1” importará a decadência do direito de recursos.

**18.2.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 01 (um) dia útil.

**18.3.** Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**18.4.** Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**18.5.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para recorrer da decisão do pregoeiro importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente à adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pelo Pregoeiro.

**18.6.** Quando mantida a decisão, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior será realizado pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis.

**18.7.** A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

**18.8.** O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

**18.9.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 19. ADJUDICAÇÃO

**19.1.** Não havendo manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

## 20. HOMOLOGAÇÃO/RATIIFICAÇÃO

**20.1.** Após decidido os recursos, eventualmente interpostos e constatada e sanada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior fará a homologação e ratificação do procedimento licitatório.

**20.2.** A adjudicação, homologação e ratificação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

## 21. CONTRATAÇÃO

**21.1.** O adjudicatário será convocado para executar o quanto disposto no objeto deste instrumento, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 8.666/93 e dos itens do presente edital, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

**21.2.** Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

**21.3.** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação;

**21.4.** O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2019;

**21.5.** A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93;

## 22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**22.1.** Os pagamentos devido à **Contratada**, correspondente aos materiais descritos Anexo III, serão efetuados através de cheque, ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta)





# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **devidamente atestada a execução contratual**, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

**22.2.** Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

**22.3** O pagamento não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

**22.4.** O pagamento inclui todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do serviço, tais como, salários, obrigações sociais, fiscais e tributárias, transporte, e demais encargos decorrentes da execução do contrato.

**22.5.** A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura, discriminando o produto, quantitativo utilizado e o respectivo custo, para efeitos de prestação de contas.

## **23. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

**23.1.** Para atender a seus interesses, a Câmara poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**23.2.** A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), que se fizerem necessárias, no quantitativo e no valor unitário do objeto contrato, dentro da forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.

**23.3.** Para atendimento aos itens “**23.1 e 23.2**”, está legalmente prevista e fundamentada no **artigo 65, inciso I, alínea “b” e inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93**, objetivando assim o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços de **fornecimento dos produtos objeto desta licitação**, assim como, da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, os outorgantes farão as revisões previstas.

**23.4.** As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

**23.5.** A variação do valor contratual para fazer face a revisão quantitativa e de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila ou aditamento, e no que couber, a dispensa da celebração de aditamento.

**23.6.** A vigência do contrato esta limitada ao período orçamentário, isto é, encerrará em 31/12/2019

## **24. SANÇÕES E PENALIDADES**

**24.1.** Para a aplicação das penalidades previstas será levado em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato conforme discriminado a seguir, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei nº 9.784/99:

**24.1.1.** Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao Município.

**24.1.2.** Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis Federais números 8.666/93 e 10.520/02, assim como em decreto regulamentador do pregão, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.



# **Câmara Municipal de Guanambi**

**CENTRO ADMINISTRATIVO**

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**24.1.3.** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela fixa inicial;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**24.1.3.1.** A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

**24.1.3.2.** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**24.1.4.** Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nas disposições legais citada.

**24.1.5.** Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram em outros ilícitos previstos em lei.

## **25. RESCISÃO**

**25.1.** A rescisão poderá ser:

**25.1.2.** Pelo descumprimento total ou parcial do presente contrato ensejará a sua rescisão imediata, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, sendo os motivos aqueles alinhados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, sem prejuízo de outras sanções previstas nesta mesma lei;

**25.1.3.** Determinada por ato unilateral e escrito do Poder Público, nos casos enumerados nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarretando as consequências previstas em lei, sem prejuízo das sanções cabíveis retromencionadas.

**25.1.4.** Judicial, nos termos da Legislação;

**25.1.5.** Amigável, por acordo entre as partes e desde que haja conveniência para a Câmara Municipal de Guanambi-BA;

**25.2.** Poderá ainda a Câmara Municipal de Guanambi-BA, a seu critério exclusivo e a qualquer tempo rescindir o contrato mediante prévio aviso à empresa contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando obrigada ao pagamento pelos serviços e/ou materiais solicitados e recebidos da contratada.

**25.3.** Da rescisão do CONTRATO pelo não cumprimento de CLÁUSULAS contratuais, especificações, projetos ou prazos caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

**25.4.** Nas hipóteses de rescisão com base em qualquer das hipóteses da Lei 8.666/93 ou da legislação específica, não cabe a empresa contratada direito a qualquer indenização.

## **26. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO**



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**26.1.** A Câmara Municipal se reserva ao direito de revogar esta licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a decisão. Deverá, por outro lado, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado.

**26.2. Qualquer descumprimento à legislação pertinente** ao objeto do certame, sobretudo, a descrita no item 21.7, deste edital, autorizam a Administração à proceder à revogação/anulação.

**26.3.** Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, ressalvadas as hipóteses legais, cabendo o ônus da prova exclusivamente ao licitante/contratado.

## **27. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**27.1.** A empresa vencedora deverá fornecer seus produtos com todos os custos e riscos por sua conta;

**27.1.1.** A empresa vencedora se obriga a fornecer seus produtos no prazo de 05(cinco) dias úteis após a emissão da requisição do(s) produto(s) expedida pela CONTRATANTE;

**27.1.2.** Os servidores da Câmara Municipal de Guanambi poderão solicitar informações e documentos na oportunidade da vistoria, ficando o licitante obrigado a atender.

**27.2.** No caso de equipamento e ou bem rejeitado o licitante deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no subitem **24.1.3**, a juízo da Administração, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.

**27.2.1.** A Câmara Municipal de Guanambi não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por dano causado ao equipamento entregue e rejeitado pelo setor competente.

**27.3.** A fiscalização do fornecimento caberá diretamente à Câmara Municipal, quem compete verificar se a licitante vencedora está executando o fornecimento, observando o contrato e os documentos que o integram.

**27.4.** A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando o fornecimento que estiver em desacordo com o Contrato, obrigando-se, desde já, a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

## **28. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**28.1.** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**28.2.** É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, inclusive a juntada posterior de documentos, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta, sendo que os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do Pregoeiro.

**28.3.** A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



## Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**28.5.** O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.

**28.6.** O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

**28.7.** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Guanambi, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**28.8.** Substituirá o instrumento contratual, na forma da lei n. 4.320/64, a **Nota de Empenho**, que vinculará o **Contratado** a todas às disposições contidas neste edital e, em caso de inadimplemento, sujeitará as sanções previstas no **item 24**.

**28.9.** licitação serão prestados pelo pregoeiro e sua equipe de apoio através do telefone: (77) 3451-3626 ou pelo endereço eletrônico <http://procedebahia.com.br/camaraguanambi/> ou pelo site <http://www.guanambi.ba.leg.br/>, acessando no link **Utilidades, Diário Oficial**, onde se encontra publicado na internet, por exigência do art. 4º,IV, da Lei n. 10.520/2002, ficando os interessados cientificados que todos os atos desta licitação serão publicados no Diário Oficial da Câmara, disponível no citado *link*, imprensa oficial

**28.10.** Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, considerando as disposições das Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93, além do Decreto Municipal n. 041/2019.

**28.11.** São partes indissociáveis deste Edital os anexos referidos no Item “7. **OBJETO**”, inciso II.

Guanambi-Ba, 27 de novembro de 2019

JOAQUIM MANOEL COSTA DE AZEVEDO  
PREGOEIRO



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

A Câmara Municipal de Guanambi, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 04.285.518-0001-70, com Sede na praça Henrique Pereira Donato, 90, Centro, na cidade de Guanambi(BA) – Fone (77) 3451-3626, representada neste ato pelo Sr. Eliton Vitor Santos Cotrim, servidor público, lotado no cargo de Operador de Informática, resolve formalizar a seguinte Solicitação para fins licitatórios, com o objeto mais abaixo discriminado, amparado Legalmente pela Lei Federal nº 10.520, Lei do Pregão, de 17 de julho de 2012 e Lei Federal 8.666, Lei Geral das Licitações de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/06, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016 e do Decreto nº 041/2019 destes Legislativo Municipal.

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a **aquisição de Projetor Multimídia com acessórios e Tela Elétrica Tensionada para Projeção**, destinados ao uso no auditório desta Câmara Municipal, segundo quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos equipamentos eletrônicos: **Projetor Multimídia, acessórios e Tela Elétrica Tensionada para Projeção**, tem por finalidade o uso interno no auditório desta Câmara de Vereadores, mantendo e atendendo a demanda necessária ao bom desempenho das atividades deste Legislativo Municipal.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os **equipamentos**, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 3.555/2000, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

### 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. A empresa vencedora deverá fornecer seus produtos com todos os custos e riscos por sua conta;

4.1.1. A empresa vencedora se obriga a fornecer seus produtos no prazo de 05(cinco) dias úteis após a emissão da requisição do(s) produto(s) expedida pela CONTRATANTE;

4.1.2. Os servidores da Câmara Municipal de Guanambi poderão solicitar informações e documentos na oportunidade da vistoria, ficando o licitante obrigado a atender.

4.2. No caso de equipamento e ou bem rejeitado o licitante deverá providenciar a imediata troca por outro sem defeito, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no subitem 24.1.3, a juízo da Administração, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca.

4.2.1. A Câmara Municipal de Guanambi não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por dano causado ao equipamento entregue e rejeitado pelo setor competente.

4.3. A fiscalização do fornecimento caberá diretamente à Câmara Municipal, quem compete verificar se a licitante vencedora está executando o fornecimento, observando o contrato e os documentos que o integram.

4.4. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando o fornecimento que estiver em desacordo com o Contrato, obrigando-se, desde já, a licitante vencedora





# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

assegurar e facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

## 5. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O adjudicatário será convocado para executar o quanto disposto no objeto deste instrumento, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 8.666/93 e dos itens do presente edital, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

5.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

5.3. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

5.4. O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2019;

5.5. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93;

## 6. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

6.1. Os equipamentos a serem fornecidos pelo licitante declarado vencedor e contratado deverão ser de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade e deverá atender rigorosamente às prescrições estabelecidas no item **18. PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO** deste Termo de Referência;

## 7. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

7.1 – Para aquisição dos produtos especificados a licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº. 8.666/93, do Decreto do Legislativo Municipal nº 041/2019 e, no que for pertinente, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº147/14 Lei Complementar nº 155/2016.

7.2 – Em atendimento à Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, assim como, Lei Complementar nº 147/2014, fica assegurado no que couber o tratamento diferenciado à Microempresa-ME, Empresa de Pequeno Porte-EPP;

7.3 – Em atendimento aos artigos “47 e 48” da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014, este processo licitatório **está destinado exclusivamente à participação de Micro Empresa-ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP;**

7.4 – Em atendimento aos artigos “49” da Lei Complementar nº 123/2006 os benefícios concedidos à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte-EPP nos artigos 10.2 e 10.3 deste edital deixam de serem aplicados quando:

7.4.1 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

7.4.2 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## 8. DO VALOR

8.1. O valor máximo proposto pela Câmara Municipal de Guanambi para a aquisição dos produtos é de R\$ 9.110,00 (nove mil, cento e dez reais), valor médio alcançado na ampla pesquisa de mercado realizada pelo departamento competente, conforme cotações de preços.

## 9. DA ORIGEM DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os custos decorrentes da contratação serão pagos com recursos oriundos da Transferência do Duodécimo e previsões orçamentárias vinculadas ao órgão:

**Unidade Orçamentária:** 1 – Câmara Municipal de Vereadores

**Projeto/Atividade:** 2003 – Gestão dos Serviços do Plenário da Câmara

**Classificação Econômica:** 3390.30.00.00 – Material de Consumo

**Classificação Econômica:** 4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

## 10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, identificado como **ENVELOPE A – PROPOSTA DE PREÇOS**, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário, indicando nome da empresa, CNPJ, razão, modalidade, número e data, endereçada ao Pregoeiro.

10.2. A Proposta de Preços deverá estar datilografada ou impressa por processo eletrônico em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada.

10.3. A proposta deverá os dados dos produtos descritos na Proposta de Preços, ciente a licitante de que as especificações de cada produto licitado estão discriminadas no TERMO DE REFERENCIA, quando encontram detalhados os objetos a serem adquirido.

10.4. Apresentar o preço para a quantidade total demandada, descrita no Anexo III deste edital, expresso em real, com apenas duas casas decimais.

10.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fornecimento e entrega do objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

10.6. O prazo de validade comercial da Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta.

## 11 CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá **declarar expressamente que sendo o vencedor executará a entrega dos materiais indicado no objeto deste edital**, em perfeita consonância com as especificações contidas no TERMO DE REFERENCIA que integra este edital.

11.1.1 A declaração acima referida deverá estar presente dentro do “**ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇOS**”.

11.2. A responsabilidade quanto ao produto ofertado é exclusivamente do licitante contratado, que deverá certificar-se se o mesmo atende as exigências do instrumento convocatório sob pena de, em caso negativo, sofrer as sanções previstas no edital.

11.3. A proposta de preço vencedora, contendo o objeto ofertado, deverá ser formulada e apresentada na proposta comercial, com preços atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, no prazo de 01 (um) dia útil, após encerramento da sessão.



## Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

### 12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos devido à Contratada, serão efetuados através de cheque, ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

12.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

12.3 O pagamento não isenta a CONTRATADA da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

12.4. O pagamento inclui todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do serviço, tais como, salários, obrigações sociais, fiscais e tributárias, transporte, e demais encargos decorrentes da execução do contrato.

12.5. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura, discriminando o produto, quantitativo utilizado e o respectivo custo, para efeitos de prestação de contas.

### 13. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

13.1. Para atender a seus interesses, a Câmara poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), que se fizerem necessárias, no quantitativo e no valor unitário do objeto contrato, dentro da forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.

13.3. Para atendimento aos itens “13.1 e 13.2”, está legalmente prevista e fundamentada no **artigo 65, inciso I, alínea “b” e inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93**, objetivando assim o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços de **fornecimento dos produtos objeto desta licitação**, assim como, da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, os outorgantes farão as revisões previstas.

13.4. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

13.5. A variação do valor contratual para fazer face a revisão quantitativa e de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila ou aditamento, e no que couber, a dispensa da celebração de aditamento.

13.6. A vigência do contrato esta limitada ao período orçamentário, isto é, encerrará em 31/12/2019

### 14. LOCAL DE ENTREGA

14.1. Os produtos deverão ser entregues na Sede da Câmara Municipal de Guanambi, estado da Bahia.

### 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 - Pagar conforme estabelecido na Cláusula Quarta, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;



## **Câmara Municipal de Guanambi**

**CENTRO ADMINISTRATIVO**

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

15.2. Dar ciência à Contratada do recebimento de qualquer produto avariado, no prazo máximo de 72 horas contados do recebimento dos mesmos.

15.3. Verificar e aceitar a(s) fatura(s) emitida(s) pela Contratada, recusando-as quando inexatas, ou que venham desacompanhadas dos documentos exigidos neste Contrato;

15.4. Prestar verbalmente ou por escrito à Contratada informações que visem esclarecer a entrega do material fornecido.

15.5. A fiscalização do fornecimento será por equipe designada pela CONTRATANTE.

15.5.1 Designar um Servidor na forma prevista da Lei nº 8.666/93 para fiscalizar o recebimento dos objetos fornecidos pela contratada;

15.6. Poderá a fiscalização ordenar a suspensão total ou parcial da entrega dos objetos, caso não sejam atendidas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as reclamações que fizer, sem prejuízo de outras sanções que possam se aplicar a CONTRATADA.

### **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1- A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e materiais de acordo com as solicitações da CONTRATANTE.

16.2 - A CONTRATADA será legal e financeiramente responsável por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste Contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros fins, a eles não se vinculando a CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo ao de solidariedade;

16.3 - A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, negligência, imperícia ou imprudência, na execução do objeto deste Contrato, diretamente, por seus prepostos e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE ou por seus prepostos;

16.4 - A CONTRATADA assumirá a responsabilidade total pela entrega dos objetos deste Contrato.

16.5 - A CONTRATADA obriga-se a manter em estoque suficiente os materiais licitados para atender as necessidades de abastecimento contido no Edital, que é parte integrante deste Contrato.

16.6 – Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei 8.666/93;

16.7 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Licitação.

### **17. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

17.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante da empresa contratante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos adjudicados e requisitados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

### **18. PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO**



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## **PROJETOR MULTIMIDIA**

- Mínimo de 3300 lumens de brilho em cores;
- Mínimo de 3300 lumens de brilho em branco;
- Resolução SVGA (800x600);
- Conectividade disponível: HDMI, VGA, Vídeo Composto e USB;
- Lâmpada E-TORL de alta eficiência dura até 6.000 horas em modo normal e até 10.000 horas em modo ECO;
- Razão de contraste até 15000:1;
- Resolução de até 1 (um) bilhão de cores;
- Voltagem 220v ou automática 110/220v;
- Cabo de Alimentação;
- Controle Remoto, incluso a(s) a(s) Bateria(s);
- Manual;
- Garantia;
- Cabo VGA.

## **SUPORE DE TETO PARA PROJETOR**

- Suporte para instalação em tetos de alvenaria ou vigas de madeira e compatível com projetores até 13,5Kg que possuam 3 ou 4 pontos de fixação roscados. O afastamento entre os pontos roscados presentes no projetor deve ser entre 54 e 320mm (diâmetro) para alcançar as hastes do suporte.
- A base deve possuir regulagem de altura com distância mínima do teto até o projetor de 54cm e máxima de 90cm.
- Com ajuste preciso da imagem projetada e com várias opções de ajustes, como rotação até 360°, ajuste de ângulo vertical e horizontal de + -15° e ajuste para teto inclinado.
- Passagem interna para cabeamento de áudio, de vídeo e de energia.
- Parafusos para fixação do projetor;
- Suporte na cor branca, fabricado em aço carbono, com tratamento anti-corrosão e pintura epóxi eletrostática

## **CABO HDMI 40 METROS 2.0.**

- Tecnologia 3D 4K;
- Com Booster e Chipset.
- Compatibilidade: PCM, DVD-Audio, DTS-HD Master Audio;
- Conectividade TVs LED, LCD e Plasmas, monitores digitais, projetores, console de videogame.

## **TELA ELETRICA TENSIONADA PARA PROJEÇÃO**

- Tecido Matte White, com verso preto;
- Área de projeção largura 3,65 mts x altura 2,74 mts ;
- Estojo em alumínio, com perfil fino e elegante;
- Pintura eletrostática na cor branca;
- Tensionamento ajustável;
- Bordas pretas;
- Motor tubular interno, voltagem 220v;
- Tela com acionamento por controle remoto sem fio a distância ou sensor de corrente;
- Garantia de 04 anos para o motor e de 01 ano para demais componentes;
- Medida do estojo (parte que é fixada na parede/teto) 15 x 15 x 406 cm.

ELITON VITOR SANTOS COTRIM  
Operador de Informática





# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## ANEXO II

### MINUTA-CONTRATO nº 0xx/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BENS ELETRÔNICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO II DO EDITAL, QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE GUANAMBI E A EMPRESA XXXXXXXXXX, SEGUNDO AS CLAUSULAS ABAIXO:

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GUANAMBI, ESTADO DA BAHIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ /MF nº 04.285.518/0001-70, com sede na Praça Henrique Pereira Donato, 90, centro, na cidade de Guanambi-BA, representada neste ato, por seu Presidente, a seguir denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, xxxxxxxxxx, representada pelo(s) abaixo assinado(s), a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, firmam neste ato, o presente contrato, na forma e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 – O presente termo tem por objeto a **aquisição de Projetor Multimídia com acessórios e Tela Elétrica Tensionada para Projeção NO Auditório da Câmara Municipal de Guanambi**, estado da Bahia, segundo quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como, no do Anexo III – Proposta de Preços e demais itens e anexos deste Edital de Pregão Presencial nº 007/2019;

1.2 – Em conformidade ao Anexo III do Edital de Pregão Presencial nº 007/2019, os produtos contratos são os abaixo discriminados:

Item	Produto	Especificação	Quant.	R\$-Unitário	R\$-Total
TOTAL					

1.3 – Todos os produtos licitados são originais e novos e quando de suas entregas deverão encontrar-se em estado inviolável e com o selo de garantia afixado;

1.4 **JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO** – A aquisição dos equipamentos eletrônicos: **Projetor Multimídia, acessórios e Tela Elétrica Tensionada para Projeção**, tem por finalidade o uso interno no auditório desta Câmara de Vereadores, mantendo e atendendo a demanda necessária ao bom desempenho das atividades deste Legislativo Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO/DEFINIÇÕES E FORNECIMENTO DE SERVIÇOS/MATERIAIS/BENS.

2.1- O Regime de Execução do presente Contrato é de Menor Preço Global, conforme Planilha Orçamentária de Preços apresentada pela CONTRATADA, em obediência ao Processo Administrativo que origem ao Edital do Pregão Presencial Nº 007/2019 e seus Anexos, que a este integra, independentemente de transcrição, e à Lei Federal Nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações introduzidas pela Lei Federal Nº 8.883/94.

2.2- O recebimento dos materiais serão realizados na sede da Contratante, através de preposto seu, ante a apresentação da nota fiscal onde será aposta a declaração de que o material foi entregue.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO/VIGÊNCIA

3.1- Este contrato inicia-se na data de sua assinatura e com vigência até 31/12/2019, podendo ser prorrogado por igual período, em observação a legislação contida na Lei 8666/93 e suas alterações;

#### CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

4.1 O Preço Total deste contrato é de R\$xxxxxxxxxxxx), resultante da quantidade constante da Planilha e Proposta de Preços, objeto do Edital do Pregão Presencial Nº. 007/2019 e da Ata de negociação feita pelo pregoeiro.

4.2. Os pagamentos devido à **Contratada**, correspondente aos materiais descritos Anexo III, serão efetuados através de cheque, ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) **dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **devidamente atestada a execução contratual**, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

4.3. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

4.4. O pagamento não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

4.5. O pagamento inclui todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do serviço, tais como, salários, obrigações sociais, fiscais e tributárias, transporte, e demais encargos decorrentes da execução do contrato.

4.6. Para atender a seus interesses, a Câmara poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.7. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), que se fizerem necessárias, no quantitativo e no valor unitário do objeto contrato, dentro da forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.

4.8. Para atendimento aos itens “23.1 e 23.2”, está legalmente prevista e fundamentada no **artigo 65, inciso I, alínea “b” e inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93**, objetivando assim o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos serviços de **fornecimento dos produtos objeto desta licitação**, assim como, da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, os outorgantes farão as revisões previstas.

4.9. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

4.10.. A variação do valor contratual para fazer face a revisão quantitativa e de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila ou aditamento, e no que couber, a dispensa da celebração de aditamento.

## **CLÁUSULA QUINTA - ORIGEM DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados com base no Edital do Pregão Presencial Nº 007/2019, correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente a saber:

**Projeto/Atividade:** 2003 – Gestão dos Serviços do Plenário da Câmara

**Classificação Econômica:** 3390.30.00.00 – Material de Consumo

**Classificação Econômica:** 4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

## **CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES**

### **6.1 -DA CONTRATADA:**

6.1.1- A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e materiais de acordo com as solicitações da CONTRATANTE.

6.1.2 - A CONTRATADA será legal e financeiramente responsável por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste Contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros fins, a eles não se vinculando a CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo ao de solidariedade;

6.1.3 - A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, negligência, imperícia ou imprudência, na execução do objeto deste Contrato, diretamente, por seus prepostos e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE ou por seus prepostos;

6.1.4 - A CONTRATADA assumirá a responsabilidade total pela entrega dos objetos deste Contrato.

6.1.5 - A CONTRATADA obriga-se a manter em estoque suficiente os materiais licitados para atender as necessidades de abastecimento contido no Edital, que é parte integrante deste Contrato.

6.1.6 – Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei 8.666/93;

6.1.7 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Licitação.

### **6.2 - DA CONTRATANTE:**

6.2.1 - Pagar conforme estabelecido na Cláusula Quarta, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

6.2.2. Dar ciência à Contratada do recebimento de qualquer produto avariado, no prazo máximo de 72 horas contados do recebimento dos mesmos.

6.2.3. Verificar e aceitar a(s) fatura(s) emitida(s) pela Contratada, recusando-as quando inexatas, ou que venham desacompanhadas dos documentos exigidos neste Contrato;

6.2.4. Prestar verbalmente ou por escrito à Contratada informações que visem esclarecer a entrega do material fornecido.

6.2.5. A fiscalização do fornecimento será por equipe designada pela CONTRATANTE.

6.2.5.1 Designar o Servidor(a) \_\_\_\_\_, na forma prevista da Lei nº 8.666/93 para fiscalizar o recebimento dos objetos fornecidos pela contratada;

6.2.6. Poderá a fiscalização ordenar a suspensão total ou parcial da entrega dos objetos, caso não sejam atendidas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as reclamações que fizer, sem prejuízo de outras sanções que possam se aplicar a CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – Isenção de Penalidade**

7.1 - Considerando que os pagamentos serão efetuados após os fornecimentos, não havendo assim nenhum risco futuro para o Órgão Público, contudo fica estipulado multa de 30% (trinta por cento) incidindo sobre violação das cláusulas deste Contrato, inclusive no caso de vício na qualidade constatada.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

8.1 - A CONTRATANTE poderá rescindir, unilateralmente, este Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sempre que ocorrer por parte da CONTRATADA:

8.1.1 - O não cumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

8.1.2 - A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da entrega do(s) produto(s) adquirido(s), no(s) prazo(s) e condição(ões) estipulado(s);

8.1.3 - O atraso injustificado no início da entrega;

8.1.4 - A paralisação da entrega dos produtos, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

8.1.5 - A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;

8.1.6 - O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da Fiscalização da CONTRATANTE, bem como dos seus superiores;

8.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na execução da entrega do(s) objeto(s) contrato(s), anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei número 8666/93 de 21/06/93;

8.1.8 - A decretação de falência, insolvência ou concordata da CONTRATADA;

8.1.8.1 - No caso de concordata é facultado à CONTRATANTE manter o contrato, com a CONTRATADA, assumindo ou não o controle das atividades que julgar necessárias, a seu exclusivo juízo, de forma a permitir a conclusão da entrega dos produtos sem prejuízo à Administração;

8.1.9 - A dissolução da CONTRATADA;

8.1.10 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;

8.1.11 - Ocorrendo a rescisão nos termos do item 8.1 acima citado, acarretará para a CONTRATADA, as conseqüências contidas no artigo 80 da Lei Nº 8666/93 de 21/06/93, sem prejuízo de outras sanções previstas na citada Lei.

8.2 - A rescisão contratual poderá também ocorrer das seguintes formas:

8.2.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos acima enumerados nos itens de 8.1.1 a 8.1.10, ou outros contidos na Lei Nº. 8666/93 de 21/06/93;

8.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes CONTRATANTES, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

8.2.2.1 - A rescisão amigável ou administrativa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE;

8.2.2.2 - Quando a rescisão ocorrer, sem culpa da CONTRATADA, será ressarcido a este os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

a) devolução da garantia, se houver;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) Pagamento do custo de desmobilização;

8.2.3 - Judicial, nos termos da legislação em vigor.

## **CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS**



## **Câmara Municipal de Guanambi**

**CENTRO ADMINISTRATIVO**

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

9.1 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário por conveniência dos serviços ou da Administração, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA;

9.2 - Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital e seus Anexos e a Proposta de Preços da CONTRATADA;

9.3- Não será permitidos a CONTRATADA, sub-empregar de forma parcial ou, ainda, sub-rogar este Contrato;

**9.4.** O adjudicatário convocado para executar o quanto disposto no objeto deste instrumento, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 8.666/93 e dos itens do presente edital, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

9.5. Este contrato é regido pela Lei nº. 8.666/93, a fim de dirimir alguma dúvida em casos omissos.

### **CLAUSULA DÉCIMA-FORO**

10.1 - As partes signatárias deste Contrato elegem o Foro da Comarca de Guanambi - Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Guanambi, XX/XX/ 2019.

Pela CONTRATANTE/Pela CONTRATADA/TESTEMUNHAS:



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇO

À CÂMARA MUNICIPAL DE CÂMARA DE GUANAMBI - BAHIA  
a/c do PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPALMUNICIPAL

<b>Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE</b>	Número: <b>007/2019</b>
Nome Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Endereço:	Cidade:
Estado: CEP:	Telefone: Fax:
<b>OBJETO:</b> O presente termo tem por objeto a <b>aquisição de Projetor Multimídia com acessórios e Tela Elétrica Tensionada para Projeção no Auditório da Câmara Municipal de Guanambi</b> , estado da Bahia, segundo quantitativos e demais condições estabelecidas no <b>ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA</b> , bem como, neste Anexo III – Proposta de Preços.	

Apresentamos e submetemos a V.Sa. proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na preparação, conforme segue:

**Para proposta dos valores abaixo ofertados foram considerados o somatório dos custos e quantitativos perfazendo a seguinte quantidade e montante:**

**LOTE ÚNICO**

ITEM	PRODUTO	MARCA	UN	Qtde	R\$-Unit.	R\$-Valor
01	Projetor Multimidia.		UN	01		
02	Suporte de Teto para Projetor.		UN	01		
03	Cabo Hdmi 40 Metros 2.0.		UN	01		
04	Tela Eletrica Tensionada para Projecao.		UN	01		
<b>TOTAL</b>						
Valor por extenso:						
Prazo de validade da presente proposta:						

Declaro que nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

Declaro ainda que antes de apresentar as propostas para os itens deste Anexo III a empresa tomou ciência das especificações dos produtos contidas no item **"18. Produto / Especificação"**, do **"Anexo I - TERMO DE REFERENCIA"**, deste Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
**Nome do representante legal e assinatura**

CPF:

RG:

CARIMBO CNPJ





# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## ANEXO IV

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2019  
MENOR PREÇO GLOBAL**

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

**Outorgante:**

**Outorgado:**

**Poderes:** Pelo presente instrumento particular de mandato, e na melhor forma de direito, o Outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o Outorgado, com o fim especial de representar seus interesses no Pregão Presencial nº 007/2019, a ser realizado em 10/12/2019, as 07h30m, na Sede da Câmara Municipal de Guanambi, estado da Bahia, referente a **aquisição de Projetor Multimídia com acessórios e Tela Elétrica Tensionada para Projeção no Auditório da Câmara Municipal de Guanambi**, estado da Bahia, segundo quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como, no do Anexo III – Proposta de Preços e demais itens e anexos do Edital do Pregão Presencial, promovendo quaisquer medidas necessárias, tais como, apresentar documentos, credenciar-se, habilitar-se, oferecer lances, recorrer, e finalmente, praticar todos os atos que mister se façam, por mais especiais que sejam, ao amplo e integral desempenho deste mandato.

Sendo assim, dando tudo por bom, certo, justo, firme e valioso, assina a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
**Nome do representante legal e assinatura**

**CPF:**

**RG:**

**CARIMBO CNPJ**



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

**ANEXO V**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2019**  
**MENOR PREÇO GLOBAL**

## DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação: <b>PREGÃO PRESENCIAL</b>	Número: 007/2019
Tipo: <b>MENOR PREÇO GLOBAL</b>	

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto Lei 8.666/93, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega

( ) nem menor de 16 anos.

( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
**Nome do representante legal e assinatura**

**CPF:**

**RG:**

**CARIMBO CNPJ**



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## ANEXO VI PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2019 MENOR PREÇO GLOBAL

### DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Modalidade de Licitação: <b>PREGÃO PRESENCIAL</b>	Número 007/2019
Tipo: <b>MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE</b>	

Declaramos sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
*Nome do representante legal e assinatura*

CPF:

RG:

CARIMBO CNPJ



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## ANEXO VII PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2019 MENOR PREÇO GLOBAL

### DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Modalidade de Licitação: <b>PREGÃO PRESENCIAL</b>	Número
Tipo: <b>MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE</b>	007/2019

Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa .....(razão social/CNPJ) ..... não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
*Nome do representante legal e assinatura*

CPF:

RG:

CARIMBO CNPJ



# Câmara Municipal de Guanambi

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

## ANEXO VIII PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2019 MENOR PREÇO GLOBAL

### MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Modalidade de Licitação: <b>PREGÃO PRESENCIAL</b>	Número 007/2019
Tipo: <b>MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE</b>	

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, não estando incurso nas exclusões do §4º do citado artigo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_  
**Nome do representante legal e assinatura**

**CPF:**

**RG:**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Contador da Empresa**

**CRC:**

**CARIMBO CNPJ**